

A resistência armada na luta contra a opressão

Ivan Akselrud de Seixas¹ e Maurice Politi²

Breve resumo a respeito das formas de luta

Discutir a questão da luta armada apenas da perspectiva brasileira é um erro brutal. Para podermos entender o que aconteceu no Brasil durante os anos 60 e 70, precisamos primeiro entender que o país estava inserido no contexto mundial das lutas pela libertação dos povos, uma das características fundamentais do século XX.

A luta dos oprimidos contra seus opressores, como reflexo da luta de classes sempre presente na história da humanidade, é longa e sem tréguas. Ela foi se diferenciando em seus métodos de forma radical ao longo dos tempos. E isso basicamente ocorreu porque os opressores acumulavam experiência com o próprio desenrolar dessas lutas. Enquanto eles se preparavam para os enfrentamentos, formando seus agentes para a luta e trocando informações entre seus países, os oprimidos foram obrigados a, somente com criatividade e engenho, fazer frente a um inimigo mais poderoso, porque classe dominante e dona do poder.

As lutas pela libertação de escravos, a luta de povos dominados por outras nações e dos que lutaram contra as tiranias nacionais serviram de experiência aos povos lutadores. Mas o que se viu foi também que os dominadores e opressores delas tiraram valiosos ensinamentos que permitiram a troca de informações entre eles assim como a confecção de armamentos cada vez mais sofisticados para o combate exclusivo contra os dominados.

Ao longo das lutas dos povos, os oprimidos conseguiram introduzir trechos em defesa do direito à sua luta pela liberdade em declarações de interesse mundial. A luta pela libertação do povo dos Estados Unidos da América deu como fruto um dos mais belos textos para a humanidade: sua Declaração de Independência, válida até os dias de hoje, mesmo que não respeitada por seu próprio governo. Lá está escrito que é sagrado o direito dos povos ao levante contra as tiranias. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, primeira declaração política após a dominação insana nazi-fascista nos países da Europa, também faz menção a esse direito ao dizer: “Considerando que é essencial a proteção dos direitos humanos através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à

¹ Militante do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), ex-presos político, jornalista.

² Militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), ex-presos político, administrador

revolta contra a tirania e a opressão.” Isso atesta o direito dos povos de se levantarem contra as tiranias.

É importante ressaltar, antes de entrar na questão das formas de luta propriamente ditas, que formas de governos não são escolhidas aleatoriamente e nem são fruto de mentes ensandecidas, malvadas ou cruéis. Quando as maneiras mais brandas de dominação não garantem o domínio de uma força de ocupação sobre o povo invadido ou não garantem a exploração de uma classe sobre outra, mudam-se os modos de governança e entra a repressão pura e simples, ou a política de controle total e massacres. Figuras como Hitler, Pinochet ou Pol Pot não são expressões de si mesmas, mas de um projeto de dominação e exploração, qualquer que seja a ideologia ou motivação alegada.

Quando olhamos o século XX e as diversas lutas dos povos, temos como primeira forma mais expressiva a luta contra a dominação czarista e o modo de produção claudicante do velho Império Russo, que foi inicialmente enfrentado por seu povo com um levante insurrecional urbano, duramente reprimido em 1905. A experiência fracassada propiciou lições importantes para o povo russo, que tentou novamente em 1917, conseguindo a derrubada do velho regime. O arco de alianças para essa vitória foi determinante para seu sucesso, mas nunca mais seria igualado por outros povos em luta contra governos ou invasores. Algo parecido só aconteceria na década de 1980 com a derrubada do Xá do Irã, Reza Pahlevi, durante a chamada “Revolução dos Aiatolás”.

Depois da Revolução Russa, as várias lutas de povos contra a opressão foram derrotadas quando tentado o mesmo tipo de insurreição como forma objetiva para a derrubada do inimigo. E isso ocorreu porque a troca de experiências entre governos opressores e forças de ocupação deu instrumentos importantes para evitar a repetição de sucessos como o da Rússia.

Ao longo das décadas de 1920 até 1950, os povos em lutas, notadamente nas lutas contra forças de ocupação estrangeiras da Ásia e da África, acumularam forças em guerras prolongadas principalmente em áreas rurais, com o surgimento das guerras de guerrilha, mas sem perspectivas imediatas de vitória. Somente a China, com a criação de um amplo arco de alianças contra a ocupação japonesa, conseguiu acumular forças suficientes para o chamado cerco da cidade pelo campo, o que levou finalmente à expulsão do invasor. Ao mesmo tempo em que travou a luta contra o invasor, os exércitos liderados por Mao Tsé Tung, com criatividade e ousadia política, garantiram a hegemonia no processo revolucionário para a tomada do poder e implantação de seu projeto político ideológico.

Essa vitória do povo chinês também serviu de ensinamento às classes dominantes e às demais forças de ocupação ao redor do mundo. As forças do povo, que similarmente à experiência chinesa se formaram principalmente em áreas rurais, com dificuldades de comunicação e sem as facilidades para a troca de informações e para a formação de seus agentes de vanguarda, não conseguiram nova vitória em outros países. Assim foi na Coreia, onde tiveram de esperar a correlação de forças mudar e o apoio das incipientes forças armadas dos demais países socialistas para serem vitoriosas no Norte. Do mesmo modo aconteceu com o Vietnã, que viu a troca do invasor japonês pelo francês – sem nenhuma cerimônia ou disfarce – prolongar a dominação estrangeira por mais tempo. Houve nova troca de invasor e o povo vietnamita só conseguiu sua libertação ao derrotar o agressor ianque quase três décadas mais tarde, numa mesa de negociações, depois de intensas lutas nos campos de batalha.

A derrubada de Fulgêncio Batista em Cuba, em 1959, e a libertação da Argélia, em 1962, mostram aos povos oprimidos uma nova forma de luta contra o opressor. A cidade ganha importância, e uma mistura de luta em área urbana com rural dribla a experiência adquirida pelas forças dominantes e abre mais uma perspectiva de luta para os povos em libertação. A guerra de guerrilha iniciada em Sierra Maestra teve forte apoio dos trabalhadores das cidades, e a ditadura ruiu rapidamente. Não foi o foco guerrilheiro armado, apontado sempre como a nova estratégia de luta do povo cubano contra a ditadura corrupta, o responsável pelo sucesso dos barbudos Fidel Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto Che Guevara, mas sim a mistura de luta armada no campo com a agitação urbana.

A experiência dos cubanos serviu de atrativo e exemplo para os revolucionários de todo o mundo em busca de uma nova forma de luta ainda não dominada pelos seus opressores, a luta no campo e na cidade unidas pela luta política e armada.

As lutas anticoloniais da África e da Ásia tiveram que aguardar o momento em que a correlação de forças permitisse a expulsão do invasor e a tomada do poder para a implantação de um projeto nacional e popular.

Apesar de tudo, a esquerda brasileira acreditou na democracia

A derrubada da ditadura de Getúlio Vargas, como consequência da vitória sobre o nazi-fascismo na Europa, permitiu que a esquerda brasileira, após 1945, experimentasse a vida e a luta política em liberdade e em democracia, mesmo que com muitas restrições.

O primeiro governo eleito pela democracia após a saída de Getúlio e do Marechal Eurico Dutra aconteceu, no entanto, já sob a ótica mundial da Guerra Fria. A aliança antifascista se desfez rapidamente e os comunistas voltaram a ser perseguidos e colocados na ilegalidade “sem muita conversa”. Getúlio Vargas foi eleito como uma reação a essa ofensiva direitista. No entanto, essas mesmas forças da direita, com forte participação militar, marcaram presença durante todo o governo democrático de Getúlio Vargas, eleito em 1951.

O ápice da pressão da direita ocorreu durante a chamada República do Galeão, quando os militares interrogaram centenas de pessoas com a intenção de incriminar o presidente Getúlio Vargas e obter argumentos para sua deposição. A pressão, insuportável, acabou por levar o presidente ao suicídio. Essa pressão militar esteve presente e ativa também durante todo o governo Juscelino Kubistchek, com muitas rebeliões militares com vistas a enquadrar o presidente eleito pelo povo.

A renúncia de Jânio Quadros, candidato da direita brasileira, trouxe mais uma vez a mobilização militar, que desta vez tentou impedir a posse do vice-presidente João Goulart, eleito por voto direto em votação separada do presidente. Era, portanto, o presidente constitucional e sua posse deveria ser respeitada. A posse teve que ser garantida por uma ampla mobilização popular que ficou conhecida por Campanha da Legalidade, comandada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

A posição adotada pela maior força de esquerda da época, o PCB, foi orientada pela decisão do seu IV Congresso, realizado em novembro de 1954, que chamou à participação no jogo político legal e ao apoio a um projeto democrático-burguês, em ampla aliança com setores da burguesia nacional. O secretário-geral Luis Carlos Prestes chegou a dizer que o proletariado deveria defender os interesses da burguesia nacional. Por suas palavras:

No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional.

[...]

Nas atuais condições do Brasil, cabe ao proletariado lutar pelos interesses progressistas da burguesia nacional. Tomando a iniciativa e dirigindo a luta pela realização dessas reivindicações, a classe operária poderá ganhar a burguesia nacional para a frente única antiimperialista e antifeudal. (*Informe do Secretário-Geral Luis Carlos Prestes ao IV Congresso do PCB, em novembro de 1954*)

Ele não era uma voz isolada no PCB, pois o programa do partido, aprovado naquele IV Congresso, afirmava que a luta era contra o imperialismo e seus aliados internos, a burguesia antinacional.

O Partido Comunista do Brasil está convencido de que as transformações democráticas que nosso povo necessita e almeja só podem ser alcançadas com um governo democrático de libertação nacional, governo de coalizão do qual participem, além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional.

[...]

Sem amainar a luta econômica pelos seus interesses de classe, contra a exploração burguesa, trata-se para o proletariado de lutar e marchar junto com a burguesia nacional contra os imperialistas norte-americanos e contra o regime de latifundiários e grandes capitalistas. *(Programa do PCB aprovado no IV Congresso do PCB, em novembro de 1954)*

Para o texto aprovado no Congresso, os opositores a essas teses deveriam ser desqualificados para o debate, pois:

As objeções que sejam porventura levantadas a respeito da possibilidade de ser efetivamente ganha a burguesia nacional para o campo das forças revolucionárias traduzem desconhecimento da realidade brasileira e da correlação de classes no país nas atuais condições. A burguesia nacional, política e economicamente débil, não é capaz de levantar a bandeira da democracia e da independência nacional. .
(Programa do PCB aprovado no IV Congresso do PCB, em novembro de 1954)

Em outras palavras, o PCB decidiu defender os interesses da burguesia nacional mesmo contra a sua vontade e mesmo sem ela perceber.

A opção pela via institucional, com o conseqüente abandono da luta pela tomada do poder, levou à destruição das escolas de formação de quadros em cada setor do partido ou da sociedade em que o partido tinha influência. Não havia mais preparação para luta clandestina, estimulou-se apenas a luta legal nas entidades e sindicatos. Isso provocou mais dissidências à esquerda. Os trotskistas, que já tinham sido expulsos por divergências em questões conceituais do marxismo, receberam a companhia de notórios esquerdistas não-trotskistas, mas não conseguiram formar um novo partido de esquerda.

Para ser aceito nesse jogo democrático, o Partido Comunista do Brasil mudou a sua denominação para Partido Comunista Brasileiro por causa de uma interpretação da justiça eleitoral que entendia que um partido com a denominação “do Brasil” seria apenas uma sucursal de outra entidade internacional.

As agressões mais furiosas da direita contra o processo democrático não foram respondidas adequadamente pelos comunistas, mas pelos adeptos do governador Brizola, agora deputado federal, e por Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas. Ambos denunciaram que um golpe estava sendo tramado contra a democracia e propuseram a criação de grupos armados de autodefesa. No caso de Brizola, eram os famosos Grupos de 11 que se organizariam pelo Brasil inteiro e fariam a resistência contra a agressão ao regime

democrático. A esquerda ortodoxa ainda acreditava que a legalidade seria preservada e que não haveria golpe de Estado.

A principal liderança do PCB, Luiz Carlos Prestes, chegou a pregar abertamente que o processo revolucionário estava nas mãos do Presidente da República e que só ele saberia conduzir as massas à tomada do poder. Nos bastidores, Prestes afirmava que o Partido Comunista Brasileiro tinha um esquema militar próprio e que “se algum militar golpista levantar a cabeça, esta será cortada pelos militares nacionalistas e legalistas, fiéis ao presidente João Goulart”. As demais forças de esquerda organizadas discordavam do PCB, mas também não se prepararam para se contrapor ao golpe, nem para a resistência à ditadura que viria com ele. Não estar preparado para resistir ao golpe e à ditadura futura queria dizer não ter uma estrutura organizada secreta ou clandestina capaz de resistir à repressão política também organizada.

A direção do PCB – a força maior da esquerda – que fez crer que não haveria golpe, que não preparou sua militância nem o povo a estar sob sua influência para o golpe e a resistência à ditadura, cometeu também o maior de todos os erros estratégicos: por não ser mais pautada pela busca da tomada do poder e apostar na liderança do Presidente da República, afastou a maioria da população do centro da disputa política e incentivou o movimento popular a travar a luta dentro das burocracias das entidades, e não na base. Isso criou um distanciamento enorme das lideranças com o próprio povo trabalhador e com as camadas médias da população, que a tudo assistiam como espectadores e não como personagens da história. Esse erro estratégico permitiu à direita disputar e ganhar ideológica e politicamente amplos setores da população e neutralizar as classes médias, importante força política.

A direita, por seu lado, preparou-se para o golpe com a maior eficiência possível, pois era sua ideia não fazer uma quartelada improvisada. A burguesia nacional, ao contrário do que pensava Prestes, assustada com a organização e mobilização do movimento operário e popular, aderiu de corpo e alma à conspiração. As camadas médias do empresariado e as classes médias, cooptadas pela direita, foram então mobilizadas para a derrubada do presidente João Goulart, que mesmo com toda essa movimentação da direita, ainda gozava de uma popularidade de cerca de 60% em média.

O planejamento do golpe com orientação internacional, e a participação direta do governo dos EUA são sobejamente confirmados por depoimentos do então embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, e de outros funcionários da Embaixada Americana. O plano era ambicioso e era a demonstração prática da inclusão do Brasil como peça adicional na Guerra

Fria, que ganhou dimensões mundiais a partir da crise dos foguetes soviéticos instalados em Cuba. A partir desse fato, a América Latina se converteu num foco crescente de tensão da Guerra Fria, e o Brasil foi transformado em ponta de lança da luta contra o chamado comunismo internacional.

Por ser uma articulação inserida no campo da Guerra Fria, o planejamento, a execução e o controle do golpe em preparação foi uma ação estritamente militar; mas na fase da consolidação do novo regime e do exercício do poder durante a ditadura a ser implantada, a cooperação civil foi necessária. A luta anticomunista, embora exigisse o controle militar e sua disciplina rígida, também contou com a articulação, propaganda e participação de setores das classes mais abastadas do país.

A criação do IPES e do IBAD foi uma demonstração prática dessa articulação. O IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), fundado em 1959, foi o centro de mobilização e agitação da classe média contra o governo, acusado de ser manipulado pelos comunistas. Os seus organizadores alegaram estar lutando contra a suposta articulação de um golpe de Estado, arquitetado pelo Presidente da República e seus aliados, para a implantação de uma “República Anarco Sindicalista”. Em breve análise dessa palavra de ordem, pode-se concluir que lutavam contra o crescente poder de *organização* do proletariado *organizado* e consciente.

Por sua vez, o IPES foi o centro do golpe propriamente dito. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em novembro de 1961 por Augusto Trajano de Azevedo Antunes (ligado à Caemi) e Antonio Gallotti (ligado à Light), serviu como um dos principais catalisadores do pensamento anti-Goulart. Dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, sua função primordial era integrar os diversos movimentos sociais de direita para criar as bases de uma oposição que pudesse deter "o avanço do comunismo soviético no ocidente".

Com o apoio de diversas empresas foram produzidos documentários anticomunistas para apresentar à classe média e aos estudantes indecisos ou confusos e fazer a pregação contra o governo. Outro ramo desse “antro golpista” criou um serviço secreto que identificava os adeptos do governo e da democracia em todos os setores da vida nacional, os mesmos que seriam presos assim que deflagrado o processo de derrubada do presidente.

Com a aproximação do momento de deflagração do golpe que instalaria a ditadura em 1964, aqueles que tinham criado o instituto passaram a um segundo plano, dando lugar aos nomes de Golbery do Couto e Silva, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, os irmãos Ernesto e Orlando Geisel, João Figueiredo e o general Medeiros. Vários oficiais de média patente, revelados depois nos porões das torturas durante a ditadura, fizeram parte do

segundo escalão do IPES. O nome mais conhecido é de Carlos Alberto Brilhante Ustra, na época apenas um tenente. São todos os nomes que exercerão o núcleo central e decisório da ditadura ao longo de toda a sua existência e de sua execução.

A orientação geral do golpe era de que por ser um golpe essencialmente anticomunista e estar inserido no contexto da Guerra Fria, deveria ser controlado, exercido e decidido pelas Forças Armadas, engajadas na luta contra o perigo comunista internacional, pregado pela Escola de Guerra dos EUA e sob sua orientação. Isso explica o afastamento do núcleo decisório de golpistas civis de primeira hora, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e outros menores, como Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Juscelino Kubistchek, Ademar de Barros, entre outros; e explica também o motivo pelo qual não se deixou que Pedro Aleixo, vice-presidente indicado na farsa de rodízio presidencial, assumisse a vaga deixada pela doença e morte de Costa e Silva. O poder só poderia ser exercido por um militar, pois era uma ditadura militar, apesar de não haver a militarização do poder e do Estado.

O deputado petebista Rubens Paiva denunciou em 1962 o funcionamento do complexo IPES/IBAD e conseguiu que uma CPI fosse instalada no âmbito do Congresso para análise de suas atividades. O resultado foi o fechamento do IBAD em 1963 por João Goulart. Sua atitude nunca foi perdoada: após a implantação da ditadura, Rubens Paiva foi preso e assassinado como castigo pela denúncia feita antes de 1964, sendo um dos desaparecidos do regime. Durante esse período, a esquerda brasileira fechou os olhos para a conspiração e viveu o período pré-golpe como uma grande festa democrática. A falsa sensação de exercício do poder real estava presente em todos os atos e discursos de suas lideranças.

O golpe veio. E foi devastador

A deflagração do golpe, apesar de parecer atabalhoada, foi eficiente e rápida. Tudo havia sido previsto e funcionou de modo a não permitir a resistência. O apoio dos EUA foi dado de forma prática, com a aproximação de navios da Frota do Atlântico Sul, com o desembarque de armas nas costas de Santa Catarina com submarinos sem identificação e com o fornecimento de informações do serviço secreto americano aos golpistas.

O Presidente da República preferiu o exílio a provocar um banho de sangue, pois reconheceu a eficiência do golpe. Lideranças radicalizadas, como Brizola, Almirante Aragão e Francisco Julião, procuraram refúgio em outros países e não iniciaram a tão temida guerra civil. Alguns militares nacionalistas, identificados com o regime que estava sendo deposto, esboçaram resistências individuais e inócuas.

O esquema militar do PCB, que cortaria a cabeça dos golpistas se as pusessem para fora, nunca existiu. A Direção Nacional do partido desapareceu, procurando abrigo em casas de simpatizantes para não ser presa. Ao ser questionado sobre a resistência ao golpe, Prestes respondeu apenas que “o presidente não liderou a resistência”, esquecendo suas bravatas e discursos triunfalistas.

As embaixadas se entupiram de militantes de esquerda e membros do governo de João Goulart. O medo de ser preso e torturado, ou morto, era real. Por não ter como guardar todos os que foram presos em cadeias públicas, navios foram convertidos em cárceres em alto mar.

A repressão foi muito forte e implacável. As poucas manifestações de rua que ocorreram foram duramente reprimidas a tiros e as tropas não deram margem a dúvidas sobre a verdadeira face do novo regime. O mapeamento de militantes da democracia, feito pelo IPES, mostrou-se eficiente e permitiu a localização de centenas de pessoas em questão de horas. A rapidez com que a repressão se instalou no país evitou a organização de manifestações populares ou a formação de grupos de resistência, desarticulando de imediato o pouco de luta que houve contra o novo regime. No PCB e na esquerda em geral, a ordem então passou a ser a proteção dos que ainda estavam soltos e das vidas dos militantes, importantes para a luta que seria travada a seguir.

A bem da verdade, à luz da razão e do desenrolar dos acontecimentos tal como ocorreram, não é um exagero afirmar que foi a direita que deflagrou a luta armada no Brasil. No confronto entre direita e esquerda ou entre opressores e oprimidos, o rompimento da convivência pacífica e democrática foi promovido pela direita, que tomou de assalto um governo legítimo e legalmente eleito em processo eleitoral regular e limpo. A esquerda, com o PCB e suas resoluções de 1954 à frente, defendeu a continuidade democrática até a beira do suicídio.

O rompimento da ordem institucional feito pela direita e as ilusões perdidas pela esquerda, que acreditava que um processo democrático seria a garantia de vida sem clandestinidade, foram a realidade no Brasil de 1964. Nosso país viveu a mesma experiência que o Chile de Salvador Allende viveria anos mais tarde, em 1973. A diferença é que aqui não tínhamos uma experiência anterior de resistência séria na qual o povo podia se basear, e lá uma parte da esquerda (principalmente o MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria) se preparou para o golpe e estava medianamente organizada para resistir à ditadura. No entanto, em ambos os casos, houve a ilusão de que a burguesia não usaria o rompimento da ordem institucional para garantir seus privilégios.

A reorganização da esquerda

Imediatamente após o golpe, a falta de condições para a realização de reuniões e principalmente a falta de confiança na estrutura do PCB não permitiram a organização de discussões para uma nova fase de luta ou, o que era mais premente naquele momento, para articular a dissidência imediata dentro do partido. A indignação tomou conta da maior parte dos militantes do PCB, surgindo então vozes no seu interior que começaram a clamar pela urgência em promover outro tipo de luta contra o inimigo instalado no poder. As demais organizações de esquerda sofreram do mesmo problema e buscavam desesperadamente alternativas para continuar operando.

Começaram, então, a surgir, mesmo que de forma incipiente, alguns grupos de resistência à ditadura, os primeiros a partir dos militares de esquerda, notadamente dos grupos de sargentos e cabos, que esboçaram formas de lutas com base nas armas. O movimento brizolista começou também a se organizar a partir do Sul e, começando a atuar contra a ditadura, tentava mostrar o caminho das armas como uma opção.

A partir de 1965, dentro do PCB, a militância se dedicou a formar dissidências e a organizar o desligamento da estrutura totalmente corroída por suspeitas de ser permeável à repressão e de não esboçar resistência à ditadura. O debate mais intenso foi sobre a questão hamletiana de “resistir ou não resistir”. A essência do partido e de sua estrutura burocrática foi intensamente questionada com esse debate.

O cerco e fuzilamento de Carlos Marighella, ativo membro da Direção Nacional do PCB, em maio de 1964, foi, dentro do Partido, transformado em fato político e ponto importante desse debate. Ao ser libertado, Marighella escreveu um longo texto, logo transformado em um livreto para a militância, com o sugestivo título de *Porque resisti à prisão*. Através de suas palavras, ele mostrou que o caminho é a resistência e nunca a acomodação pacifista da maioria da Direção Nacional do partido. Esta acomodação pacifista é então denunciada por Marighella como uma “concepção política condenável”. Ele contrapõe a resistência e a luta contra a ditadura à posição “derrotista” de seus companheiros de partido, conforme acusou no seu livreto.

O mérito de Marighella e de seu texto foi abrir a discussão ao público e mostrar que não havia mais um partido com uma posição política monolítica e que era possível romper com aquela linha política supostamente unitária. Mais que isso, Marighella apontava o caminho do rompimento com o modelo soviético de partido, que era baseado na submissão às

determinações centrais e na ausência total de debate. Coisa que ele conheceu bem, pois foi dirigente desse mesmo partido e viu essas práticas de perto.

As dissidências se proliferaram pelo país afora, mas sem muita articulação. A partir de 1965, grupos de militantes abandonaram suas estruturas partidárias e começaram a articulação de novas organizações, baseadas em um novo modelo de democracia interna e em um novo tipo de militância. O centralismo democrático, característica maior do modelo soviético e chinês dos velhos partidos ortodoxos, recebeu críticas duras e deu lugar a estruturas mais horizontais de poder que se pareciam muito com grupos de combate militar.

O debate seguinte foi sobre qual forma de luta adotar na resistência ao novo regime. O inimigo instalado no poder mostrava conhecer tudo sobre insurreições, e tomou medidas preventivas contra o ressurgimento de organizações partidárias tradicionais. Parecia não esperar nada de novo como forma de luta, nem imaginava, numa primeira fase, que surgiriam estruturas fora dos partidos antigos. A esquerda precisava achar seu rumo rapidamente e conseqüentemente buscar nas novas experiências mundiais o caminho a seguir.

A escola militar brasileira, formada pela Escola de Guerra americana e dominante após o golpe, baseava-se nos modelos das guerras da Argélia, do Vietnã e de Cuba para fazer a repressão aos movimentos populares. Por diferenças fundamentais (ausência de tropa invasora, participação ativa da classe dominante no golpe e na repressão), não acreditavam na repetição dos atentados da resistência argelina. Por outro lado, para que a palavra de ordem lançada por Che Guevara (“Criemos um, dois, muitos Vietnãs”) fosse realidade no Brasil, seria preciso primeiro instalar a guerrilha rural no país, e a última experiência havia sido a da guerrilha de Trombas-Formoso, no estado de Goiás, na década de 1950. Não havia notícias de preparação de um movimento armado de proporções similares na área rural em qualquer parte do país. Sobrava a experiência cubana ainda muito recente e não estudada.

Os movimentos de luta contra a opressão e a resistência aos regimes de força, implantados na década de 60/70 no Brasil e na América Latina, também fizeram essa mesma análise e também começaram a analisar mais detidamente a experiência da Revolução Cubana na equação política.

A oposição esquerdista de variados matizes, todos eles repelindo as formas tradicionais de oposição tal como haviam sido disseminadas pelo PCB, olhava para Cuba com muita simpatia. Mesmo antes do golpe militar, militantes do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), espécie de braço armado das Ligas Camponesas, de Francisco Julião, foram conhecer em 1962 as técnicas de guerrilha rural que haviam sido utilizadas pelos guerrilheiros de Fidel, Raul e Che.

Ao contrário de alguns países latino-americanos que também buscaram suas fontes de inspiração nos novos métodos de luta cubanos, no Brasil a vertente mais forte da luta contra a ditadura, num primeiro momento, foi de indignação nacionalista contra a ditadura antipovo e antinacional. Não foi por acaso que os primeiros movimentos armados no país foram formados por militantes brizolistas e por militares de esquerda cassados pela ditadura. A forma de luta, no entanto, não foi similar à cubana em nenhum aspecto. A essência da luta foi urbana, centrada nas grandes cidades e não foi baseada no terrorismo, como na Argélia. Embora não fosse também de imediato uma luta rural como foi a de Cuba, todos os que começaram a resistência nas cidades falavam na guerra de guerrilhas rural como objetivo final e todos se diziam em preparação para o lançamento dessa guerrilha rural.

No entanto, é um equívoco pensar que a guerrilha urbana foi invenção brasileira e que Carlos Marighella foi seu autor. No começo de 1962, os revolucionários uruguaios comandados por Raul Sendic, com origem nos camponeses canavieiros sem terra do norte do Uruguai, começaram a fazer ações de guerrilha urbana. Esse movimento, que algum tempo depois será chamado de Tupamaros, atuou em pequenas e médias cidades do interior do país e cresceu, a partir de ataques feitos nas cidades, para converter-se em uma organização formada por colunas de militantes operários e camponeses.

É correto afirmar que na década de 1960 surgiu um novo tipo de luta contra as opressões e os regimes arbitrários e ditatoriais. Essa nova forma de luta não foi do tipo insurrecional como na Argélia, nem guerra de guerrilhas que faz o cerco da cidade pelo campo, como foi na China. Foi uma luta inédita e desconhecida até então e por isso atormentava e tomou as forças repressoras de surpresa no momento inicial. Sua expressão teórica foi *O Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*, de autoria de Carlos Marighella, que passou a ser lido pelo mundo afora como uma nova maneira de preparação e luta contra a ditadura, tomando o lugar das insurreições e sendo a ante-sala da guerrilha rural, estágio superior da luta urbana.

Enquanto essas novas teorias ocupavam as discussões e as preparações dos militantes da “nova esquerda”, o Brasil do pós-golpe se convertia gradualmente num estado de terror implacável. Sindicatos foram ocupados e juntas interventoras tomaram o lugar de diretorias eleitas. Grêmios estudantis também foram invadidos, saqueados e seu desaparecimento estabelecido em decretos-leis. Entidades civis se preparavam para enfrentar uma dura e longa repressão.

Logo que decretado o golpe e lançado o país às trevas, nacionalistas de todos os matizes, a começar pelos brizolistas, organizaram-se como puderam para fazer frente à

ditadura. As organizações revolucionárias formadas a partir das dissidências do PCB começaram gradualmente a sair da clandestinidade absoluta e, a partir de 1965, organizaram os comitês de luta contra a ditadura. A Ação Popular, de origem católica, e a Política Operária, de origem socialista, apesar de atuarem na absoluta clandestinidade, formaram importantes frentes de luta e prepararam excelentes quadros para a luta que se acirraria mais tarde. O PCdoB, seguindo a linha chinesa, também começou a pensar em formas alternativas de luta e se reorganizou preparando o que seria sua ação mais ousada a partir de 1966: o estabelecimento de grupos guerrilheiros rurais na região do Araguaia.

Enquanto isso, no PCB, a luta interna tomava a forma de saídas de militantes, de maneira coletiva e desorganizada. Em todos os estados aconteciam dissidências que tratariam de atuar fora da estrutura combatida do PCB, na busca de uma nova forma de luta e na formação de uma nova organização revolucionária. Ao fim dos “rachas” e das dissidências, calcula-se que o PCB restou com apenas um quinto de seu tamanho original, em número de quadros, militantes e simpatizantes e em esquemas clandestinos de atuação. Esse processo de divisão dentro do PCB demorou aproximadamente dois anos. Só a partir de 1966 é que se identificaram as diversas DIs, como eram chamadas as Dissidências Internas do PCB, em todo o Brasil e estas passaram então a discutir a formação de alianças ou organizações independentes. Enquanto isso, os demais movimentos já estavam minimamente estruturados e atuando na medida do possível.

Um movimento baseado nos militares nacionalistas e nos grupos brizolistas lançou a primeira manifestação de luta armada contra a ditadura em março de 1965. Uma coluna guerrilheira, comandada pelo coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório, e repleta de sargentos e membros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, autodenominou-se FLN (Frente de Libertação Nacional) e tomou cinco cidades da Serra Gaúcha com apoio popular e aplausos por onde passou. Conhecida pelo nome de uma dessas cidades tomadas, a Guerrilha de Três Passos saiu da Serra Gaúcha rumo ao norte sem dar tiros, passou pelo oeste catarinense sem ser combatida e foi finalmente cercada pelo Exército no Paraná, onde metade de seus guerrilheiros foi capturada e a outra metade voltou para Porto Alegre para formar uma das primeiras organizações armadas de combate à ditadura, o MR-26 (Movimento Revolucionário 26 de março), que comemorava a data da tomada das cidades na Serra Gaúcha. A data de deflagração da guerrilha pelo MR-26 seria no dia 1º de abril de 1965, para lembrar o primeiro aniversário do golpe, mas a ação de agentes infiltrados obrigou a antecipação do início das atividades.

A volta dos sobreviventes da experiência da Guerrilha de Três Passos a Porto Alegre fez surgir a guerrilha urbana no Sul do país. A forma inédita e desconhecida de luta nas cidades aconteceu naturalmente como uma forma de reação à derrota da primeira tentativa de guerrilha pós-golpe. Do mesmo modo, aconteceram ações de guerrilha urbana no Norte do país e em Goiás.

As ações armadas em São Paulo e no Rio de Janeiro (e mais tarde em Minas Gerais, Recife e quase todos os grandes estados do país) começaram a partir de 1966 de forma clandestina, sem identificação com a causa política, e foram vistas apenas como uma forma de surpreender o inimigo como preparação da luta armada rural. Foram basicamente ações de expropriação de recursos em bancos e outras empresas, captura de armas e munições e dinamite de pedreiras. A intenção era que todo esse material servisse para a instalação de guerrilha rural. No entanto, conjuntamente com a eclosão do movimento armado urbano, nesse mesmo ano aconteciam manifestações de rua, em protesto contra o regime militar, levadas a efeito pelos movimentos sociais mais organizados, como os de estudantes e artistas, assim como as primeiras greves operárias contra o arrocho salarial. Estas foram violentamente reprimidas pela polícia da ditadura. Um bom número de guerrilheiros urbanos, que tinham suas origens nesses mesmos meios sociais, acabaram identificados pela repressão cada vez mais violenta e tiveram que cair na clandestinidade para não serem presos. Não tiveram outra alternativa senão a de voltar suas ações armadas a um enfrentamento mais direto aos repressores.

A clandestinidade desses quadros obrigava a utilização de recursos tomados do inimigo, inicialmente pensados como recursos apenas destinados à guerrilha rural, como uma maneira de sobrevivência e manutenção de militantes urbanos que foram gradativamente desaparecendo, devido a mortes, prisões ou mesmo saídas do país, seja para treinamentos especializados, seja para dar continuidade à luta no exílio.

A luta armada urbana se concentrou no Brasil de 1965 até 1974, quando já não teve mais expressão ou forças para fazer ações de envergadura. A atuação mais consistente das organizações revolucionárias na guerrilha urbana aconteceu entre os anos de 1968 até 1972, com ações ousadas e que impuseram derrotas táticas e publicitárias à ditadura de formas consideráveis.

Dos vários seqüestros de embaixadores, que libertaram 133 presos políticos, até ataques a quartéis e instalações militares, as ações armadas urbanas constituíram-se em uma forma de luta que denunciou a ditadura e cumpriu um importante papel como oposição.

Em nenhum momento as organizações revolucionárias pretenderam medir forças com o inimigo ou tomar territórios com suas ações armadas urbanas. Desde seu começo, as ações foram de denúncia e agitação contra o regime golpista, e de preparação para o combate definitivo que viria a partir de colunas guerrilheiras que se espalhariam pelo campo e interior do Brasil, onde o inimigo, menos organizado, seria surpreendido e atacado nos recônditos mais pobres do país para então cercar as grandes cidades.

A característica maior da guerrilha urbana foi sempre de uma guerra de desgaste político e de desestabilização do regime imposto pela força das armas. Com certeza não chegou ao ponto de permitir ou facilitar a eclosão de uma insurreição, mas carece de uma discussão aprofundada para entender esse fenômeno que aconteceu em praticamente todos os países do mundo.

As primeiras organizações revolucionárias de combate à ditadura militar foram o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), formado basicamente por militares de esquerda, cassados em 1964; o MR-26 (Movimento Revolucionário 26 de março), formado por militares e militantes brizolistas; o MAR (Movimento Armado Revolucionário), formado por marinheiros oriundos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, e a FLN (Frente de Libertação Nacional) brizolista de Caparaó e Três Passos. Depois vieram o Agrupamento Comunista que se converteu em ALN (Ação Libertadora Nacional), liderada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira; a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), comandada pelo Capitão Carlos Lamarca; a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária); a ALA Vermelha do PCdoB, uma dissidência do PCdoB e que se dedicou à luta armada urbana; o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), liderado por Apolônio de Carvalho e Mário Alves; o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro).

No ano de 1970, foi formada uma Frente Armada Revolucionária composta pela ALN, MRT, VPR, PCBR e MR-8 que pretendia organizar a luta nas cidades e, finalmente, deflagrar a guerrilha rural. Pelos planos dessas organizações, os militantes identificados pelo inimigo seriam deslocados para o campo e formariam colunas guerrilheiras sob o comando do capitão Carlos Lamarca. Os demais militantes ainda não identificados, ou com poucas ações identificadas pelo inimigo, formariam grupos de combate urbanos com a tarefa de denunciar a ditadura, preparar as condições para uma insurreição e atuar como apoio da guerrilha rural.

Durante os três últimos anos de atuação da luta armada urbana, muitos militantes que se integraram à Frente, principalmente os que haviam regressado de treinamentos em Cuba, foram assassinados sob torturas ou em confronto com as forças de repressão. Os guerrilheiros

e guerrilheiras do PCdoB no Araguaia tiveram quase todos o mesmo fim. A ditadura, anticomunista por princípio, pôde então voltar sua sanha contra os membros do PCB. Vários membros do Comitê Central do PCB, que sempre se colocaram contra a luta armada no campo e nas cidades, tiveram, por ironia do destino, a mesma sorte que os militantes da guerrilha.

As conseqüências dessa investida repressora e assassina tanto aos membros das organizações armadas como aos adeptos da linha de resistência pacífica demonstraram-se, com o passar dos anos, fatais ao próprio regime militar que teve que ceder seu lugar a governos mais democráticos a partir de 1985.

Concluiríamos então que a luta armada e suas conseqüências para o país, para seus militantes e para seus combatentes, foi a forma de luta que finalmente mais contribuiu para o desmantelamento final do regime golpista, ilegítimo e opressor? Essa é certamente uma conclusão que merece ser discutida.